



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO - PRO-SOCIAL

IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE

Nome social* do beneficiário titular <i>(quando houver)</i>							
Nome civil do beneficiário titular						Data da posse	
Sexo		Matrícula		Data de nascimento		Ramal	
Estado civil		CPF		N. Identidade/ Órgão emissor			
Endereço completo							
Bairro		CEP		Cidade/UF		Tel.	
E-mail funcional				E-mail pessoal			
Já foi inscrito no programa (sim/não):							

DADOS BANCÁRIOS - CONTA SALÁRIO

Nº e nome do Banco		Agência (com DV)		Conta corrente (com DV)	
--------------------	--	------------------	--	-------------------------	--

IDENTIFICAÇÃO DOS DEPENDENTES

Nome social* do beneficiário dependente <i>(quando houver)</i>							
Nome civil do beneficiário dependente						Parentesco	
Sexo		CPF		N. Identidade		Data de nascimento	
Estado civil		Possui renda (sim/não):			Reside sob o mesmo teto (sim/não):		
Já foi inscrito no programa (sim/não):							

Nome social* do beneficiário dependente <i>(quando houver)</i>							
Nome civil do beneficiário dependente						Parentesco	
Sexo		CPF		N. Identidade		Data de nascimento	
Estado civil		Possui renda (sim/não):			Reside sob o mesmo teto (sim/não):		
Já foi inscrito no programa (sim/não):							

Nome social* do beneficiário dependente <i>(quando houver)</i>							
Nome civil do beneficiário dependente						Parentesco	
Sexo		CPF		N. Identidade		Data de nascimento	
Estado civil		Possui renda (sim/não):			Reside sob o mesmo teto (sim/não):		
Já foi inscrito no programa (sim/não):							

Nome social* do beneficiário dependente <i>(quando houver)</i>							
Nome civil do beneficiário dependente						Parentesco	
Sexo		CPF		N. Identidade		Data de nascimento	
Estado civil		Possui renda (sim/não):			Reside sob o mesmo teto (sim/não):		
Já foi inscrito no programa (sim/não):							

Nome social* do beneficiário dependente (quando houver)							
Nome civil do beneficiário dependente						Parentesco	
Sexo		CPF		N. Identidade		Data de nascimento	
Estado civil		Possui renda (sim/não):		Reside sob o mesmo teto (sim/não):			
Já foi inscrito no programa (sim/não):							

SOLICITO a inscrição do(s) beneficiário(s) acima relacionado(s).

AUTORIZO o desconto em folha de pagamento, ou de qualquer outra verba a que tiver direito:

1. da contribuição mensal *per capita* devida por beneficiário inscrito;
2. do valor correspondente ao custeio por coparticipação por serviços utilizados, tanto como titular, quanto dos dependentes inscritos;
3. dos débitos porventura existentes, nas hipóteses de desligamento do Programa.

ASSUMO total responsabilidade pelo uso da(s) carteira(s) de titular e de dependente(s) – se houver –, estando ciente de que deverei devolvê-las em até 48 horas após o desligamento do Programa.

DECLARO que manterei atualizados os cadastros, meu e dos meus dependentes, comunicando de imediato ao Pro-Social qualquer alteração.

DECLARO não integrar nenhum outro programa de saúde custeado ou patrocinado, total ou parcialmente, com recursos do **Orçamento Fiscal ou de Seguridade Social da União**.

DECLARO que estou de total acordo com as coberturas que integram as tabelas adotadas pelo Programa.

DECLARO, ainda, que as informações prestadas são a expressão da verdade e que tenho conhecimento de todas as Regras e Normas que regem o Programa de Assistência aos Magistrados e Servidores da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Grau da Primeira Região – PRO-SOCIAL, em especial o Regulamento-Geral do Programa, comprometendo-me a respeitá-las e observá-las.

FIRMO termo de compromisso de ressarcimento de qualquer despesa realizada por utilização do Pro-Social, em meu benefício ou de meus dependentes, além de quaisquer débitos porventura existentes, nas hipóteses de desligamento, por qualquer motivo previsto nas normas do Pro-Social.

_____/_____/____

Data

Assinatura do Titular

* Resolução 270, de 11/12/2018 - CNJ:

Art. 1º Fica assegurada a possibilidade de uso do nome social às pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, aos magistrados, aos estagiários, aos servidores e aos trabalhadores terceirizados do Poder Judiciário, em seus registros funcionais, sistemas e documentos, na forma disciplinada por esta Resolução.

Parágrafo único. Entende-se por nome social aquele adotado pela pessoa, por meio do qual se identifica e é reconhecida na sociedade, e por ela declarado.